

## **O LUGAR DA PORNOGRAFIA NA SOCIEDADE BRASILEIRA: AS GUERRAS PÚBLICAS E O DIREITO AO ERÓTICO (1964-1985)<sup>1</sup>**

*Anderson Francisco Ribeiro<sup>2</sup>*

*Antonio Carlos de Souza<sup>3</sup>*

**RESUMO:** Durante o período da Ditadura Militar (1964-1985), percebemos uma situação paradoxal. Ao mesmo tempo em que temos uma repressão e censura a livros e revistas, houve um aumento no número de publicações eróticas e pornográficas. As chamadas “Guerras Públicas”, como ficou conhecida a guerra editorial nos E.U.A. entre a revista Playboy e Penthouse, chegou nesse momento no Brasil, levando diversos setores da sociedade a entrar em conflito com a necessidade de modernizar os discursos sobre a sociedade no campo da sexualidade e na afirmação das identidades masculinas e femininas.

**PALAVRAS-CHAVES:** História da Pornografia. Ditadura Militar. Discursos. Direito. Playboy.

**ABSTRACT:** During the period of military dictatorship (1964-1985) realized a paradoxical situation. While we have a repression and censorship on books and magazines, there was an increase in the number of erotic and pornographic publications. Calls “Pubic wars”, as it became known editorial war in the US between Playboy and Penthouse magazine, arrived at that point in Brazil, leading various sectors of society come in conflict with the need to modernize the discourse on society regarding sexuality and the assertion of male and female identities.

**KEYWORDS:** History of Porn. Military dictatorship. Speeches. Right. Playboy.

---

<sup>1</sup> Esse artigo faz parte da tese doutoramento em História intitulada: “Desnudando a Ditadura Militar: As revistas erótico-pornográficas e a(s) identidade(s) do homem moderno (1964-1985)”, pela Universidade Estadual Paulista – UNESP- Câmpus de Assis sob orientação do professor doutor Antonio Celso Ferreira.

<sup>2</sup> Professor Doutorando em História pela UNESP- ASSIS. Bolsista Capes

<sup>3</sup> Professor adjunto do Departamento de Filosofia da Universidade Estadual do Norte do Paraná. (UENP-PR). Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. (UNICAMP).

## Introdução

Playboy, Penthouse, Peteca, Garotas e Piadas, Wish, Humor Negro, Ciência e Sexualidade, Seleções sexuais, RIRvistinha, Najara a filha de Drácula, Fan Magazine, Naturismo, Saúde e Nudismo, Mignon, Aconteceu, X-9, Reporter Policial, Ronda Noite, Gentleman, Detetive, Artistas Club, Humorismo, Hollywood, O Riso, a Caricatura, Risolândia, O.K. Risolândia, Rir Ilustrada, Seleções Rir Ilustrada, Você Sabia, Salões de Barbeiro, 3 Noites com Giulio Cesare, As Grandes Cortesãs, O cinto de Castidade da Bela Alice, Original, Xodó- quanto custa o prazer, Estórias Adultas, A Gatinha, Poranduba, Erótika, EleEla, Status, Mascarado Traçador, Class, Almanaque do Sexo, Homem Ninfetas, Fotos Eróticas de Playboy, Close, Careta, Sexo em quadrinhos, Elas & Elas, Playcolt, Shirley, Contos Eróticos, Assim não Brinco Mais, A primeira vez à Brasileira, Privé, Personal Humor, Exclusive, Sexy Comix, Relax, Taras Sexuais, Rose, Psiu!, Maria Erótica, Rudolf, Aventuras Eróticas, Festa, Transa Improvisada, Máxi Erótica, Diário Íntimo, Transa Ilustrada, Contos & Quadrinhos, Playgirl, Carol Blue, Moustache, Anal Sex, Malícia, Sacanagem em Quadrinhos, Sexo Explícito em Quadrinhos, Terror Especial, Revista Peteca.

Essas são algumas das publicações dentro e fora do regime do saber sexual no período da ditadura militar de 1964-1985. Paradoxalmente, há uma expansão do universo pornô, justamente no mesmo período que se intensificam a repressão aos jornais e revistas. Com isso, demonstraremos que no Brasil, em plena ditadura militar, ao contrário do que temos encontrado em alguns trabalhos, não foi um momento apenas repressivo. Há uma evidente proliferação da fala sobre o sexo, não só em jornais e revistas, mas em todo corpo social, como no direito, na medicina, em uma multiplicidade de discursos – séries de mecanismos que funcionavam em diferentes instituições. Conforme podemos citar o livro sobre sexualidade: **Amor, sexo e erotismo** publicado em Santo André, São Paulo pela Casa Publicadora Brasileira em 1978, ao qual, o professor e médico Dr. Galdino Nunes Vieira dá um painel sobre as revistas masculinas:

[...] Uma revista de grande circulação discute se as moças devem usar pílulas contraceptivas e ter relações sexuais antes do casamento. Ainda que a maioria dos entrevistados foi contrária, (66%), é desolador, porém, que 34% dos que foram consultados se pronunciaram favoravelmente, influenciados pela onda malsã dos sexualistas “à outrance”. E as revistas mundanas erotizantes vão por esse mundo, insinuando, corrompendo, torpedeando os bons costumes em nome de uma “nova moralidade” em que a promiscuidade sexual se apresenta como desejável, no roteiro da sementeira malsã, com a colheita macabra dos filhos sem pai, das mães solteiras sem pão, jogadas aos azares da marginalização – preço exorbitante da reação do modernismo “aos tabus” do sexo.”<sup>4</sup>

As repercussões das revistas ilustradas sobre os assuntos relacionados ao sexo se tornariam um constante problema a ser resolvido. Normas médicas discutidas no mesmo espaço que as heterogeneidades sexuais, espanto e horror sobre as sexualidades periféricas, e o espaço do regime médico-sexual dão lugar a um intenso jogo de afirmações de verdades sobre o sexo. Devido às pesquisas relacionadas, discursos proferidos, estatísticas, entrevistas demonstravam, deixavam a mostra o interesse pela sexualidade. Segundo Foucault deve-se: “[...] supor que as correlações de forças múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos e instituições, servem de suporte a amplos efeitos de clivagem que atravessam o conjunto do corpo social.”<sup>5</sup>

Além do aparelho jurídico-discursivo para a promulgação de leis para o controle da escrita através da repressão, devemos olhar o meio onde propagava a teia de discursos, os quais se tornaram extremamente importantes para uma análise dos mecanismos

---

<sup>4</sup> VIEIRA, Galdino Nunes. **Amor, sexo e erotismo**. Santo André-São Paulo: Casa Publicadora Brasileira, 1978 p.8.

<sup>5</sup> Para entender melhor essa forma de analítica do poder ler o quarto capítulo: *O dispositivo da sexualidade*, principalmente sobre o Método, do primeiro volume da História da Sexualidade. FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1988 p.104

intercruzados de poder, ou seja, ver como se comportavam os discursos fora da realidade do poder institucional. Esse novo universo nos mostra uma zona estranhamente confusa de discursos que começam a aparecer principalmente quando da explosão de produções pornográficas independentes, de material publicado por pequenas editoras e que em um curto período teve seus discursos comprados pelas grandes editoras como Abril, Bloch e Três:

No momento do aparecimento da Edrel, o mapa das pequenas editoras paulistanas se dividia entre os bairros do Brás – onde ficavam a Novo Mundo e a Sublime – e a Liberdade, pontos da Bentivegna, GEP, Jotaesse, Taíka e Edrel. A La Selva funcionava na Vila Mariana. Entre a segunda metade da década de 1960 e o começo da seguinte, seriam fundadas somente na capital paulista, nada menos que 22 editoras de revistas em quadrinhos de pequeno porte, muitas delas em esquemas clandestino e marginal: Edições Dado, Confiança, Trieste, Jotaesse, Saber, Fase, Noblet, Roval, Dorcas, Catânia, Prelúdio, Linográfica, Maurício Uren, Ademar e Rangil, Arte & Comunicação, Regiarte, M&C, Espaço Tempo, Superplá, Kultus, Gorrión e Três, além da Edrel.<sup>6</sup>

Essa coexistência entre diversas editoras, mais o aumento dos discursos das revistas normalizantes como a **Playboy** e os diversos quadrinhos publicados no período da ditadura fizeram com que o sexo fosse encarado de maneiras e enfoques diferentes. Entre a produção de discursos pornográficos que fizeram sucesso no Brasil temos os pequenos catecismos de Carlos Zéfiro, que criaram não só uma cartilha de imagens pornográficas como também novas estratégias discursivas, como por exemplo, o anonimato. Esse tipo de produção trouxe uma nova forma de

---

<sup>6</sup> JUNIOR, Gonçalo. **Maria Erótica e o clamor do sexo**: Imprensa, pornografia, comunismo e censura na ditadura militar 1964/1985. São Paulo: Peixe Grande – Editoractiva, 2010.p.74

se relacionar com as revistas, dando aos brasileiros não só uma revista, mas um manual de como pensar e fazer o sexo, dando ao Brasil lugar para a discussão de sexualidades periféricas.

No Brasil, como em vários países do mundo, assim como as revistas eróticas e pornográficas, os quadrinhos não eram vistos com bons olhos. Durante as décadas de 50 e 60, eram considerados como um tipo de leitura ruim e prejudicial a formação intelectual. Um adulto que lesse quadrinho poderia ser tachado de alguém com algum tipo de “problema mental” ou “anormal”, de acordo com Will Eisner, em um trecho de seu livro, **Quadrinhos e Arte Sequencial**:

Entre 1940 e o início da década de 1960, a indústria aceitava, comumente, o perfil do leitor de quadrinhos como o de uma “criança de 10 anos, do interior. Um adulto ler histórias em quadrinhos era considerado sinal de pouca inteligência. As editoras não estimulavam nem apoiavam nada além disso.”<sup>7</sup>

O trabalho dos ilustradores então era classificado como um produto secundário e não se via arte naquilo que faziam. Padres, psiquiatras, políticos, jornalistas, professores, escritores e estudiosos foram categóricos em alegar que os gibis eram responsáveis por vários males sociais e comportamentais, além de servirem de má influência às crianças e jovens. Sua leitura e conteúdo causavam desequilíbrio moral, preguiça e o desinteresse das crianças por outras leituras. Nas escolas os professores não aprovavam seu conteúdo e concordavam que esse tipo de leitura certamente atrapalharia o rendimento escolar.<sup>8</sup>

Havia opiniões dizendo que suas histórias traziam mensagens subliminares, sendo responsáveis por disseminar “certas

---

<sup>7</sup> EISNER, Will. **Quadrinhos e Arte Sequencial**. São Paulo: Martins Fontes, 1989. P.138

<sup>8</sup> VERGUEIRO, Waldomiro. **A atualidade das histórias em quadrinhos no Brasil**: a busca de um novo público. *ECA – Escola de Comunicação e Artes de São Paulo*. Disponível em: <[www.eca.usp.br/gibiusp/VergueiroWaldomiro.pdf](http://www.eca.usp.br/gibiusp/VergueiroWaldomiro.pdf)> Acessado em 10 de março de 2015

culturas estrangeiras”, pensamentos revolucionários e também induziam ao crime, prostituição, pensamentos e comportamentos homossexuais.<sup>9</sup>

Além dos quadrinhos, havia dificuldades em conseguir as revistas pornográficas, e para isso seus leitores recorriam a todo tipo de estratégias clandestinas. Desde clubes de leituras, coleções, compras as escondidas na banca de jornal, ou diretamente com o dono de banca, ou ainda por postagem via correios, e até contrabando.

Diversas revistas não passavam do primeiro número, ou não tinham sequências exatas. A numeração difícil ou almanaques que eram relançados com as mesmas histórias criavam frustrações em seus leitores. Tanto os quadrinhos (sendo eróticos ou não) quanto as revistas eróticas e pornográficas acabaram ganhando espaço rapidamente em solo brasileiro.

Através de uma pesquisa do **Ibope** sobre circulação de revistas semanais, quinzenais e mensais, realizada na Guanabara, em 1969, mostrava que o mercado já havia se tornado muito mais diversificado, começando a se especializar. Dentre as mais lidas estava a revista **Pais & Filhos** em 1º lugar, a revista **Ele Ela** com 13% e a revista **Realidade** com 6% das revistas Mensais.<sup>10</sup>

A revista **Ele Ela** nascida em 1969, já aparecia entre as principais, e se estabelecia em 2º lugar entre as mais vendidas. Além dos gibis, que não aparecem nessa pesquisa, e das fotonovelas, vários outros títulos novos estavam em circulação, disputando a preferência dos leitores:

Em 1950 estavam registrados no país 1538 jornais, 777 revistas, 409 boletins e folhetos e 68 almanaques. Apresentavam-se com periodicidade diária de 230 jornais, 2 revistas e 16 boletins. Havia 1524 veículos com tiragens inferiores a 1000 exemplares, 919 com

---

<sup>9</sup> SARMENTO, Daniel. **Grafipar e o sucesso dos quadrinhos eróticos**. 2012. 138 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso Tecnologia em Design Gráfico - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2012.

<sup>10</sup> Cf. **Ibope**, Pesquisas Especiais, 1969, Arquivo Edgar Leuenroth, IFCH/UNICAMP.

tiragens entre 10.000 e 200.000 exemplares e 8 com tiragens superiores a esse limite.

Em 1969, dispúnhamos de 1230 jornais e 490 revistas, o que demonstra uma redução provocada pelo desaparecimento de periódicos menores – os almanaques por exemplo, já começavam a extinguir-se. Essa redução continuou, de tal sorte que, em 1971, o total de jornais baixava para 991, ao passo que aumentava a participação dos diários, com 233 matutinos e 28 vespertinos. As revistas e outras publicações, inclusive as que não apresentavam periodicidade regular, somavam 1350 títulos registrados, sendo que mais da metade sem informações precisas. A tiragem dos jornais eram bem maior que a das outras publicações periódicas: mais de 1,2 bilhões de exemplares, contra apenas 362 milhões respectivamente.<sup>11</sup>

Essa mudança no cenário mercadológico dos periódicos ficou intensamente marcada pela separação das revistas que seriam publicadas especificamente para cada gênero. Isso criou uma guerra sistemática de editoriais que demonstravam quem era o seu público, o que, dessa forma, marcava a sua identidade. A própria Editora Abril obteve bastante sucesso em dividir seus diversos segmentos, mas também alguns fracassos, como a revista **Nova Homem** (1985).

Trata-se, portanto de compreender que as revistas femininas tradicionalmente contemplaram as mulheres com temas como o lar, a moda, a beleza e o amor, enquanto as revistas masculinas voltaram-se para o mundo exterior — e muitas vezes proibido — do sexo, do erotismo ou da pornografia. Mas, neste novo momento, trata-se também de notar como o processo de emancipação da mulher, a chamada segunda onda feminista, nos anos 60, levou as revistas femininas a abordar novos temas como o trabalho, a vida sexual, dentro e fora do lar e, até mesmo, a política.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> **BRASIL EM DADOS 75**. Publicação da Rio Gráfica Editora S.A. e Rede Globo. 2ª ed. Rio de Janeiro, 1975 p.188

<sup>12</sup> Nesse caso observar a tese: COSTA, Maria Paula. **Entre o sonho e o**

Com novos padrões de comportamento, como a revolução sexual, o movimento hippie e o rock abalam-se de forma concreta a tradicional estrutura familiar, assim como os discursos sobre a moral e os bons costumes, e também as construções identitárias do masculino e do feminino.

Além da dominação do discurso sobre o homem moderno, a discussão foi reconduzida pelas diferenças de cada revista, que se dividem em publicações voltadas para grupos sociais diferenciados, implicando uma luta de poderes e redes de poder. Na realidade, 'o Poder' não existe. Existem, sim, práticas ou relações de poder. Logo, este é algo que se exerce, que se efetua, que funciona em rede e que, portanto, deve ser entendido antes como uma tática, manobra ou estratégia do que uma coisa, um objeto ou bem. Em **Vigiar e Punir**, Foucault afirma que o estudo da microfísica do poder, deve ser visto como uma estratégia.

Assim, "[...] o poder é guerra, guerra prolongada por outros meios".<sup>13</sup> Ou seja, o poder é luta, enfrentamento, disputa, relação de forças, estratégia, onde se tem por objetivo acumular vantagens e multiplicar benefícios. Portanto, é em termos de guerra que melhor podemos compreender o modo pelo qual se desdobra e se articula a extensa rede de poderes que atravessa o corpo social. A base das relações de poder seria o confronto belicoso das forças sociais em antagonismo constante:

Além da censura, a vigilância era um aspecto estratégico para o regime. Sua função central era produzir informações sobre pessoas, movimentos sociais, instituições e grupos políticos legais ou ilegais, evitando surpresas para o governo. Informações que poderiam, no futuro, produzir a culpabilidade dos vigiados. O eixo do sistema de informações era o Serviço Nacional de Informações, criado em junho de 1964. O SNI tinha um "único cliente", conforme palavras do general Fiuza

---

**consumo:** as representações femininas na Revista Claudia (1961 – 1985) / Maria Paula Costa. Assis, 2008, 234 f. (Tese)

<sup>13</sup> FOUCAULT, Michel. Genealogia e Poder. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 176.

de Castro, o presidente da República. O Serviço tinha ramificações na máquina burocrática: as Divisões de Segurança e Informação (DSI) e também a Assessoria de Segurança e Informação (ASI), instalada em cada órgão importante da administração pública. Era uma estrutura informativa, mas não operativa, no sentido de combater diretamente a subversão.<sup>14</sup>

Na realidade, o que Foucault procurou fazer em **Vigiar e Punir** (com o estudo das instituições carcerárias) e em **A Vontade de Saber** (a partir do estudo da constituição da sexualidade) é justamente mostrar que é um equívoco procurar qualificar o poder como fundamentalmente repressivo, que diz “não”, que castiga, que impõe limites, etc. Em oposição a essa concepção negativa do poder, característica das teorias dos filósofos do século XVIII, que identificam o poder com o Estado (ou o Estado como foco central do poder) e que o consideram essencialmente como aparelho repressivo, na medida em que seu modo de exercício sobre os cidadãos se daria essencialmente por meio de violência, de coerção, de opressão, da imposição de limites, etc., o Estado também pode criar positivities.

Como podemos notar, o número de revistas legais, ou seja, registradas nos órgão competentes, cresciam a cada ano em número, e também em quantidade de leitores, o que, cada vez mais, aglomerava outros setores da sociedade, como escritores, cartunistas, atrizes, atores, críticos, literatos e intelectuais.

A análise genealógica do poder se complementa com o estudo do poder disciplinar e, posteriormente, com a análise do biopoder<sup>15</sup>. A preocupação do governo passa a se preocupar com as populações e não apenas com os indivíduos. Na tentativa de justificar a repressão, a pornografia começa ser entendida como um problema de ordem policial e também médica, o que leva

---

<sup>14</sup> NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2014 p.131-132

<sup>15</sup> O biopoder, dentro da narrativa do poder em Foucault, pode ser apresentado a partir da comparação com o poder soberano. Dessa maneira, a “velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano” será agora recoberta pela “administração dos corpos [poder disciplinar] e pela gestão calculista da vida [biopoder]”.

a receberem status de doente as pessoas que se relacionam com a pornografia. O governo, então, age de forma a defender a sociedade.

Ao analisar o período, constata-se que a pornografia, mesmo proibida, chegava a seus leitores, estes que eram alunos do Ensino Médio em São Paulo, conforme notícia publicada no jornal **Diário do Paraná**, em 1973 com o título Pornografia Livros distribuídos pelo correio:

RIO, 30 (Meridional – DP – Via Telex) – Uma das maiores preocupações da Polícia Federal, tanto na Guanabara como de São Paulo, é localizar a gráfica onde estão sendo imprimidas grandes quantidades de livros pornográficos que estão sendo distribuídos entre os estudantes do nível médio por um sistema até então inédito: pelo correio, em forma de corrente. Além da distribuição destes livros, existem informações de que traficantes de drogas estão iniciando estudantes no vício, facilitando-lhes o uso de drogas caras.

Informam as autoridades que trabalham no desbaratamento desta rede, que os livros pornográficos, embora cheguem ao Rio procedentes de São Paulo, são de origem estrangeira e de ótima qualidade em termos de impressão. São à cores, e em geral apresentam em papel caríssimo somente encontrado na Europa. Os modelos fotográficos, que posam para estes livros, também são estrangeiros. Para dificultar o trabalho da polícia, estas publicações não são assinadas e quando isso acontece, os editores se declaram divulgadores do {{nu artístico em forma erótica}}.

Entendem as autoridades policiais, que exista uma quadrilha internacional do vício atrás disso tudo. A distribuição destes livros, seria apenas a primeira fase de um forte esquema de iniciação de novos viciados. Primeiro, um processo de excitação sexual através de revistas. Como as novas vítimas são quase todas adolescentes de idade de 15 a 17 anos, no máximo 20, após viciá-las na leitura destas pornografias, a segunda fase do esquema é colocada em ação com o uso de drogas leves. Estas drogas chegam às mãos dos estudantes de maneira facilitada.<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> Jornal **Diário do Paraná**. 30-08-1973 Pornografia. Livros distribuídos pelo correio

Dos diversos motivos que encontramos sobre a preocupação do governo com a pornografia, os principais consistem, conforme analisaremos adiante, na possibilidade dela estar ligada a bandidos, ao comunismo como uma forma de subversão, ou mesmo com a direita através da visão de engenharia capitalista de alienar pessoas, ou então transformada em um dispositivo para o discurso médico-sexual, facilitadora, como no caso apresentado acima, na criação de jovens viciados (adquirindo *status* de doente). E não era para menos! A sociedade brasileira em meados dos anos 60 e 70 se viu afundada no mar da pornografia. Livros, revistas e até mesmo o teatro se fez presente, com palavrões e mulheres nuas. Confusões cada vez mais evidentes já apareciam no limite entre o aceitável e o pornográfico, numa linha tênue, como se pode perceber, em relação aos jornais e revistas do período, como pesquisados no jornal o **Diário do Paraná**<sup>17</sup> de circulação em Curitiba e demais cidades do Paraná:

[...] o novo curso da cultura de massa introduz no meio do setor informativo, com insistência cada vez maior, determinados esquemas e temas que ele faz triunfar no imaginário. Em outras palavras, a cultura de massa extravasa o imaginário e ganha a informação. Assim, a dramatização tende a preponderar sobre a informação propriamente dita... Fazendo vedete de tudo que diz respeito às próprias vedetes: suas conversas, beijos, confidências, disputas são transmitidas através dos artigos falatórios [fofocas], flashes, como se o leitor fosse o voyeur de um grande espetáculo, de um super show permanente, cujos deuses seriam os atores.<sup>18</sup>

---

<sup>17</sup> O jornal **Diário do Paraná** tivera sua primeira sede no edifício do Clube Curitibano, na Rua Barão do Rio Branco, onde também atuava a Agência Meridional, uma das agências de notícias também de propriedade de Assis Chateaubriand. Existiu por 28 anos até sua extinção, em 1983 e foi comandado pelo jornalista Adherbal G. Stresser, filho do compositor Augusto Stresser.

<sup>18</sup> MORIN, Edgard. **A cultura de Massas no século XX**. Forense, 1967, p.103-104

Nos jornais de Curitiba e São Paulo há uma intensa discussão do lugar da pornografia na sociedade brasileira. Elas aparecem em diversos momentos em matérias sobre a Invasão da Pornografia em livros e revistas, assim como a mudança nas ideias e comportamentos dos brasileiros ao terem contato com esse tipo de periódico.

Em 1967, Wilson Velloso que na época era correspondente da **Folha**, escreveu diversos artigos e notas sobre a sexualidade estrangeira. Em uma resenha intitulada **EUA: SEIXOS MIÚDOS**, aponta que a pornografia não era restrita apenas ao mercado masculino, mas também seguia a angariar mais grupos, como o das mulheres:

Pornografia faz justiça aos homens – Até agora, sempre que se vendiam estampas pornográficas, as figuras eram efectivamente femininas. Pois agora a policia de Washington acaba de apreender montes de fotos e multar os livreiros que as vendiam. A novidade é que se tratava de ilustrações de homens nus, mercadorias supostamente destina as damas.<sup>19</sup>

A conclusão a que chegamos é que a pornografia seguia em direção a todos os gêneros e classes, como está explícito no conteúdo das revistas. Aqui, as ilustrações de homens nus eram direcionadas às mulheres. Com isso, sequer é mencionado no texto se tais fotografias poderiam ou não ser consumidas por outros homens.

Com o mercado amplo, a pornografia suscitava curiosidade não apenas entre os diferentes sexos, mas também entre diversas faixas etárias e entre todos os credos. Da criança ao adolescente, do jovem ao idoso, a pornografia ia penetrando em todas as classes sociais e em todos os discursos proferidos.

Na seção “Fórum”, da versão brasileira da revista **Penthouse**, número 2 de 1982, o leitor C.C. de São Paulo, descreve o relato feito por uma mulher chamada sra. M.H., em uma seção de um número anterior da revista, no conto “A melhor oportunidade”,

---

<sup>19</sup> Jornal **Folha de S. Paulo**, 01/05/1967. Ilustrada p. 3

acerca de suas experiências sexuais. No entanto, o leitor desacredita da história, pois algumas razões estariam fora da realidade dele:

Custo a acreditar que uma pessoa que trabalha num grande banco, é trilingue e foi educada dentro da moral cristã, que casou virgem e sempre foi fiel nos dez anos de casamento ao seu marido Diogo, se preste a esse tipo de aventura, cujo nome em moda é *ménage à trois*. Não sou moralista nem porco chauvinista. Porém, com 57 anos de idade e bastante vivido, sei perfeitamente que nenhum casal bem-casado e que se respeite mutuamente aceitaria uma situação constrangedora como essa. Quando isso acontece, é porque a união de ambos está em declínio e o respeito mútuo acabou. Que não me leve a mal esta senhora. Seu relato deixou-me bem excitado, mas no verdadeiro sentido da palavra. Talvez, devem repartir as despesas e, tenho certeza, não têm filhos. **Gostaria de entender o comportamento da sra. M.H., para convencer-me de que tudo aquilo é normal.**<sup>20</sup>

A relação entre o normal e o anormal não é uma visão fechada apenas ao controle dos discursos, pois os próprios leitores também criam discursos normativos, como no caso acima sobre as práticas de *ménage à trois*. As reclamações de fundo moral eram frequente, o que não ocasionava uma censura, mas sim pedidos de novas estórias, em geral que fossem mais próximas da realidade dos leitores, como veremos na seção de cartas das revistas. A ficção se entrelaça à realidade e esse é um dos grandes perigos, bem como uma das inovações da pornografia, já que eleva os espíritos a sentir excitação.

No entanto, não é toda a sociedade que reagia de forma positiva a essas novas alternativas para a realidade. Parte desta reage negativamente às publicações, conforme podemos perceber na carta de uma senhora, Maria Helena Marques Dip, endereçada, no dia 2 de março de 1977, ao governo militar,

---

<sup>20</sup> Revista **Penthouse** nº 2, 1982, p.8

## solicitando censura das revistas **Manchete, Gente – Fatos e Fotos, Status, Homem e Ele Ela:**

Excelência:

Permita-me que, com toda reverência, dirija um apelo a Vossa Excelência.

Um pedido de mulher brasileira, uma solicitação e mãe, uma súplica de quem enxerga com evidentíssima nitidez, a pornografia atentatória a instituição familiar. Excelência, como explicaremos nossas pesadas responsabilidades ante Deus, pela corrupção de uma juventude, aturdida em face do carnaval de imoralidades a que somos, compungidos, obrigados a assistir diariamente?

É agora a vez de *Manchete*, nº 1298 e *Gente-Fatos e Fotos*, da mesma semana. Como poderia ter sido a vez de *Status, Homem ou Ele-Ela*.

Permita-me, Senhor ministro, salva revêntia, indagar a Vossa Excelência da existência de lei ou decreto-lei sobre a circulação de matéria atentatória aos bons costumes. Por que não é aplicado ou aplicado para coibir os Abusos já dramáticos destas publicações?

Não olvidemos jamais, Senhor Ministro, que vivemos numa “guerra total, global e permanente” e o inimigo se vale do recurso da corrupção dos costumes para desmoralizar a juventude do País e tornar o Brasil uma país sem moral e respeito aos olhos dos estrangeiros, no exterior.

Pedindo escusas pelo verdadeiro desabafo, acredite-me admiradora sincera da seriedade de sua atuação ministerial.<sup>21</sup>

Esta é a imagem declarada em face à pornografia: «uma guerra total, global e permanente». A invasão estrangeira do sexo havia chegado e se consolidado no Brasil, mas esta guerra seria utilizada na luta entre a modernização dos discursos sobre as identidades masculinas.

---

<sup>21</sup> REIMÃO, Sandra. **Repressão e Resistência**. Censura a Livros na Ditadura Militar. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2011 p.163. Anexo. Carta de 2 de março de 1977 solicitando censura das revistas **Manchete, Gente-Fatos e Fotos, Status, Homem e Ele-Ela**.

## **A modernidade conservadora: afirmação da(s) identidade(s) masculina(s)**

A “Guerra do Sexo”, na verdade, está ligada a diversos discursos dispersos sobre a pornografia, discursos que se fizeram presentes em jornais, revistas, leis, relatórios do SNI, que tentaram controlar, vigiar e verificar os significados do que era considerado pornográfico. Os mesmos afirmavam que a pornografia não pertencia ao projeto modernista, como podemos perceber nos artigos dos jornais, nos discursos jurídicos e também da medicina. Estudar as formas de regularidade e outros tipos de relações entre os enunciados podem contribuir para entender o papel da pornografia na sociedade brasileira: “Fazer aparecer, em sua pureza, o espaço em que se desenvolvem os acontecimentos discursivos não é tentar restabelecê-los em um isolamento que nada poderia superar; não é fechá-lo em si mesmo; é tornar-se livre para descrever, nele e fora dele, jogos de relações.”<sup>22</sup>

É nesse campo de correlações de forças que vemos que o poder está disperso em toda a sociedade. Recuperar as mudanças ocorridas no Brasil, bem como seus discursos e acontecimentos, a partir da invasão de múltiplos pontos de discussão sobre erotismo, obscenidade, licenciosidade e pornografia, os quais mudaram a forma de entender a sexualidade. Esta problemática estava estampada nas principais revistas, como por exemplo, na revista **Realidade** da Editora Abril, na edição de outubro de 1968, no artigo, **A rebelião dos jovens**:

Afinal de contas, existe uma revolução sexual na juventude no Brasil?

Os autores da pesquisa feita por REALIDADE em 1967 acham que, “para começar, essa revolução não tem a extensão da profundidade que às vezes se imagina”. Sua conclusão foi a seguinte: “O que a juventude quer não é um regime de licenciosidade, nem fazer do sexo

---

<sup>22</sup> FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 6.ed. (tradução de Luiz Felipe Baeta Neves). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p.32

a única finalidade da vida. Liberdade responsável e convicção pessoal contra tradição e formalismo, autenticidade e franqueza contra hipocrisia, sexo como um dos aspectos essenciais, mas apenas um dos aspectos da vida humana, e a unidade entre sexo e amor – é mais ou menos nesta direção que a juventude está avançando”.<sup>23</sup>

Cada vez mais, pesquisas de opinião, estudos sociológicos, psicanalíticos, históricos, biológicos que determinavam que a Revolução Sexual acontecida nos outros países chegava ao Brasil. Mas era preciso que as mudanças acontecessem de uma forma muito lenta, de modo a não afetar a tradição e o conservadorismo da sociedade brasileira<sup>24</sup>

A paranoia de uma sociedade controlada pela pornografia fez com que os discursos fossem medidos e controlados, que passassem do livre discurso para a normalização. A preocupação constante com o aumento da erotização das propagandas nas revistas e na TV fez com que a normalização fosse necessária, já que a produção cada vez maior de “revistas de mulher pelada” estaria ligada a problemas de “falta de informação” do povo. Assim, seria necessário intervir, “deixar falar” sobre o sexo, mas como uma fala institucional, confessional atravessada pelas disciplinas, tanto científicas (Anatomia e Fisiologia) e filosóficas, quanto psicológicas, entre outras, conforme o médico Galdino Vieira:

Com esta finalidade procuramos abordar o assunto sob o ponto de vista científico (anatomia e fisiologia), filosófico (relativo à significação do sexo em face do destino do homem), psicológico (com referência às influências de ordem psicológicas sobre a reação e a prática sexual),

---

<sup>23</sup> Revista **Realidade**. Uma publicação da Editora Abril. Outubro de 1968. p.38.

<sup>24</sup> Na edição nº 72 de julho de 1981, a revista **Playboy** publicou uma entrevista da pesquisadora e então editora-chefe da Vozes, Rose Marie Muraro pelo editor Ruy Castro, que lançava seu livro: **A Sexualidade da Mulher Brasileira**, que foi resultado de uma pesquisa iniciada em 1979 e financiada pela Fundação Ford, entrevistou cerca de 1000 mulheres representativas de todas as classes sociais em três Estados Brasileiros e 200 maridos.

social (com repercussão na vida em sociedade), moral e religioso, tendo em vista os elevados objetivos do sexo frente à personalidade e sua relação com o Criador e a vontade d'Este face à criatura humana. [...] Nosso objetivo é esclarecer os fatos, para que o leitor(a) tenha elementos para solucionar seus casos, na hipótese de que esteja incluído (a) no distúrbio descrito. [...] Todos os autores atribuem os distúrbios decorrentes do exercício sexual à ignorância das minúcias da anatomia e da fisiologia dos órgãos genitais. Daí nosso empenho em considerar esses assuntos.<sup>25</sup>

Com isso, esclarecer essas diferenças se torna uma importante ferramenta na guerra do sexo verdadeiro. O leitor seria, então, caso “sofresse” de algum desses males, associado a um ser com distúrbios e declarado como uma pessoa doente, que deveria, portanto, ser afastada dos demais.

A despeito disso, as revistas de mulher pelada fizeram com que existisse certa fascinação pelo corpo nu. A vida dos homens e das mulheres se vira transformadas, tornando-os sujeitos modernos, informados, com um novo componente em suas relações: a obrigatoriedade de se falar de sexo:

[...] ao invés de partir de uma repressão geralmente aceita e de uma ignorância avaliada de acordo com o que supomos saber, é necessário considerar esses mecanismos positivos, produtores de saber, multiplicadores de discursos, indutores de prazer e geradores de poder. É necessários segui-los nas suas condições de surgimento e de funcionamento e procurar de que maneira se formam, em relação a eles, os fatos de interdição ou de ocultação que lhes são vinculados. Em suma, trata-se de definir as estratégias de poder imanentes a essa vontade de saber. E, no caso específico da sexualidade, constituir a “economia política” de uma vontade de saber.<sup>26</sup>

---

<sup>25</sup> VIEIRA, Galdino Nunes. **Amor, sexo e erotismo**. Santo André-São Paulo: Casa Publicadora Brasileira, 1978 (4 ed.) p.9-10

<sup>26</sup> FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988 p.83

Estas duas formas de poder, o da repressão pelo governo e a publicação das revistas, contribuíram para deixar os discursos ainda mais conflituosos. Por um lado, temos o controle da gerência de informações para a preservação dos moldes da moral e dos bons costumes, inalterado assim os discursos tradicionalistas; por outro, temos a expansão de um tipo diferente de poder, nascido não no centro, não de cima, mas de lugares múltiplos, entrando em choque com a legislação, com as normas médicas, com o conhecimento estabelecido pelo governo.

Já em 1964, surgem as primeiras preocupações de que o comunismo iria ferir, de alguma forma, a moral e os bons costumes através da subversão ou da sua invasão cultural. O apoio da sociedade, nesse sentido, com a Marcha da Família, constatamos algo já consolidado pela historiografia: o golpe tivera participação de vários setores da sociedade. Recebera, também, apoio por parte da sociedade, da Igreja, da mídia e de outros setores.

Isso impactou negativamente não só a visão em relação à esquerda, mas também associou a moralidade como um ponto importante no combate ao comunismo, em uma caçada à pornografia e aos quadrinhos de forma geral, principalmente em relação aos quadrinhos estrangeiros, o que fez com que, a ditadura depois de instaurada precisasse conter essa invasão. O próprio Jango ficou a mercê da paranoia católica anticomunista:

A resposta do presidente a esses ataques viria como crítica aos que “exploram os sentimentos cristãos do povo na mistificação de um anticomunismo” e na declaração de que “não podem ser levantados os rosários da fé contra o povo, que tem fé numa justiça social mais humana e na dignidade de suas esperanças”. Foi o bastante para que seus adversários se organizassem numa ação espetacular. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade seria um movimento de desagravo ao rosário insultado por João Goulart. Na verdade, as mulheres da Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), associação feminina do Rio de Janeiro, chegaram mesmo a distorcer suas palavras,

afirmando ter ele dito que “os terços e a macumba da Zona Sul não teriam poder sobre ele”.<sup>27</sup>

Ao mesmo tempo, em 1964, foi criado o Serviço Nacional de Informações - SNI, mediante a Lei nº 4.341, cujo texto lhe atribuía a função de “superintender e coordenar as atividades de Informações e Contrainformações, em particular as que interessem à Segurança Nacional”. O governo apresenta uma preocupação com a proliferação dos discursos produzidos, fugindo assim de sua alçada, colocando a pornografia como um mal a ser observado.<sup>28</sup> Foi associada a uma tecnologia do sexo através da medicina das perversões e programas de eugenia, criando a figura do perverso sexual, ligando a sexualidade periférica a uma condição patológica e até mesmo nociva à sociedade.

Em 1965, temos a **Lei de Publicações perniciosas aos jovens**– “Art.1 – É proibida a impressão e circulação de quaisquer publicações destinadas à infância ou à adolescência que contenham ou explorem temas de crimes, de terror ou de violência.”<sup>29</sup>

A cultura brasileira estaria, a partir de então, vigiada pelos vários mecanismos e dispositivos criados pelo governo militar. O historiador Marcos Napolitano em **1964: História do Regime Militar** destaca três momentos repressivos da cultura brasileira durante esse período, e os impactos do governo em relação a eles:

O primeiro momento repressivo ocorreu entre 1964 e 1968. O objetivo principal era dissolver as conexões entre a “cultura de esquerda” e as classes populares, estratégia manifestada no fechamento do CPC e do Iseb e dos movimentos de alfabetização de base. O

---

<sup>27</sup> PRESOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise. ; QUADRAT, Sandra. (Orgs.) **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**, v.2– Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p.76

<sup>28</sup> Cf. FOUCAULT, Michel. A “Governamentalidade”. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos & escritos. Vol. IV** Estratégia, Poder-Saber.2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

<sup>29</sup> BRASIL. **Lei de Publicações perniciosas aos jovens de outubro de 1965.**

controle e a perseguição à atividade intelectual escrita (imprensa) era feita, principalmente, via IPM (Inquéritos Policiais-Militares) e processos judiciais, implantando o chamado “terror cultural”, que transformava todos os intelectuais críticos em potenciais subversivos “inimigos da pátria”. [...] Esta perspectiva, alimentou a aliança de vários setores intelectuais – liberais, socialistas e comunistas –, reforçando uma cultura de oposição. Neste primeiro momento, a área mais visada pela censura era o teatro, menos pelo seu alcance social e mais pela sua capacidade de mobilização dos setores intelectuais de oposição.<sup>30</sup>

Essa perseguição cultural, em um primeiro momento, fez com que diversos escritores associados à esquerda migrassem para o anonimato ou passassem a utilizar o pseudônimo como forma de publicação nas revistas eróticas. O que se confirma pelos vetos a livros, que foram determinados pelos órgãos do Ministério da Justiça e que se caracterizaram por uma clara ausência de parâmetros. Por tudo isso, vale a pena rememorar que a censura a livros, na época, é semelhante a uma modalidade de “terrorismo cultural”, expressão essa cunhada por Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde). Ao mesmo tempo, para o emparelhamento por parte da dominação cultural, há a criação do grupo da **Tradição, Família e Propriedade** (TFP), por Plínio Corrêa de Oliveira, em 26 de outubro de 1960, que se lança na luta contra o comunismo, com foco na juventude. Além disso, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), criado em 1961, e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) ligado ao IPES, q foram os pilares para a articulação da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” em 31 de março de 1964, e fizeram com que essa relação se desse em toda a sociedade.<sup>31</sup>

---

<sup>30</sup> NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2014 p.100

<sup>31</sup> Para o programa de Tv produzido pelo IPES, nomes como Carlos Lacerda, Gilberto Freyre, Rachel de Queiróz, o banqueiro Clemente Mariani, os deputados gaúchos Daniel Faraco e Raul Pilla, o proprietário do jornal **O Estado de S. Paulo**, Júlio Mesquita Filho, o presidente da Varing, Rubem

Nesse primeiro momento repressivo, encontra-se, portanto, entre as revistas eróticas, a bem conhecida revista **Fairplay** (1966)<sup>32</sup>, na qual notamos diversos autores, escritores e cartunistas conhecidos que ajudaram no estabelecimento de uma revista erótica. Para isso, fizeram uso de imagens com mulheres em poses de **pin-ups**, na busca de uma mudança cultural. Para a **Fairplay**, posaram atrizes como Leila Diniz, Vera Barreto Leite, Florinda Bolkan, Betty Faria e Odete Lara.

A sociedade que começava a questionar o sistema vigente e pedia mudanças nas estruturas sociais, como aponta Zuenir Ventura, no clássico, **1968: O ano que não terminou**, a moral seria a maior herança deixada pela geração de 68:

Os nossos “heróis” são os jovens que cresceram deixando o cabelo e a imaginação crescerem. Eles amavam os Beatles e os Rolling Stones, protestavam ao som de Caetano, Chico ou Vandrê, viam Gláuber e Godard, andavam com a alma incendiada de paixão revolucionária e não perdoavam os pais reais e ideológicos — por não terem evitado o golpe militar de 64. Era uma juventude que se acreditava política e achava que tudo devia se submeter ao político: o amor, o sexo, a cultura, o comportamento.<sup>33</sup>

Por outro lado, o Estado agiu de forma a proteger a sociedade, estabelecendo uma reorganização da ordem política. Ao criar determinados dispositivos para frear a mudança moral e a proliferação dessas revistas, o Estado teve por intuito “defender a sociedade”, ou seja, criar aparatos de controle do discurso, como diz Foucault. A partir de 1968, a ditadura esteve em constante vigilância à imprensa e aos periódicos, controlando de sobremaneira a cultura do período:

---

Berta, e o prefeito de Porto Alegre, Loureiro da Silva.

<sup>32</sup> Ziraldo teve um importante papel tanto nesta revista como na revista **Homem**(futura **Playboy**) contribuindo com escritos, desenhos e charges.

<sup>33</sup> Zuenir Ventura. **1968: o que fizemos de nós**. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil Ltda, 2008 p.4

O segundo momento repressivo vai de 1969 a 1978, e tinha como objetivo central reprimir o movimento da cultura como mobilizadora do radicalismo da classe média (principalmente dos estudantes). Nessa fase o regime se armou com novas leis, como a nova Lei de Censura, em novembro de 1968, que sistematizava a censura sobre obras teatrais e cinematográficas e criou o Conselho Superior de Censura, implantado efetivamente somente em 1979. O Decreto-Lei nº 1.077, de janeiro de 1970, instaurou a censura prévia sobre materiais impressos. A Polícia Federal, a partir de 1972, se reorganizou para aplicar a censura com mais eficiência, com a criação da Divisão de Censura de Diversões Públicas e a ampliação do seu corpo de censores. Para controlar a imprensa, havia os “bilhetinhos” que saíam do Serviço de Informação ao Gabinete do Ministro da Justiça (Sigab/MJ, criado em 1971) e a autocensura nas redações de periódicos da grande imprensa. Este segundo momento repressivo conviveu com o auge da política cultural proativa, expressada pela Política Nacional de Cultura, ambicioso plano que combinava mecenato oficial e normatização do campo cultural e suas instituições públicas, lançado em 1975 pelo MEC, dentro da estratégia da institucionalização do regime, conhecida genericamente como “abertura”.<sup>34</sup>

A editora Abril, que já contava com uma revista de variedades, a revista **Realidade**, criou em 1968, a revista **Veja**, que também sofrera cortes e censura com a saída de Mino Carta:

Sobre este caso, Paolo Marconi comentou: “a censura prévia (em **Veja**) foi levantada definitivamente em 1976 após o afastamento de seu criador e diretor de redação, Mino Carta. De um lado estava a Editora Abril querendo um empréstimo do Governo Federal, e ver-se livre da incômoda censura. Do outro, estava o governo desejando que a revista **Veja** fosse mais um modelo

---

<sup>34</sup> NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2014 p.100-101

de bom comportamento, ou seja, que abandonasse o seu espírito crítico, cáustico, e perdesse sua postura independente”. Mino Carta contou que após várias negociações com Victor Civita e conversações com o ministro Armando Falcão ele decidiu que “continuará a fazê-la (Veja) como estava sendo feita, lutando para que sua interferência fosse a mínima possível.” Como isso não era possível, pois o governo queria uma revista menos agressiva, ele decidiu sair da Editora Abril e da direção do semanário. Depois deste ocorrido, o empréstimo acabou saindo para a Abril e a censura também.<sup>35</sup>

As mudanças em relação à censura aos periódicos ainda estavam no começo.<sup>36</sup> A preocupação do governo em torno disto iria muito além da censura política, como no caso da *Veja*, mas abriria um caminho sem volta no caso das revistas eróticas, as quais se tornaram uma preocupação constante da ditadura.

Com isso, em 1969, pela editora Três, surge a revista **Ele Ela**, que viria a assinar uma postura de certo modo científica, baseada principalmente na Psicologia e Psicanálise, com mistura de mulheres nuas e artigos de opinião, influenciada por uma revista alemã chamada **Jasmin**. Seria uma revista voltada para o casal e o casamento. Como era uma das fontes mais lidas no país, **Ele Ela** tornou-se um dos alvos principais do Estado. Desse modo, a partir de 1976, após uma série de mudanças na linha editorial, a revista torna-se adepta da visão *hardcore*, ou seja, mais “masculina”. Em suas reportagens, as fotos são mais eróticas para ser competitiva no *nicho* das revistas do tipo **Playboy**.

A preocupação do Estado, conforme mencionado, torna-se evidente com a apreensão de material das revistas, a proibição de determinadas matérias e a preocupação do SNI com as reportagens. Com isso, em 1970, um grande número de leis

---

<sup>35</sup> GAZZOTTI, Juliana, A revista *Veja* e o obstáculo da Censura. **REVISTA OLHAR**. ANO 03 . N 5-6 . JAN-DEZ/01. p.6

<sup>36</sup> KLANOVICZ, Luciana. No olho do furacão: Revista *Veja*, Censura e Ditadura Militar (1968-1985). **Revista Literatura em Debate**, v. 4, n. 6, p. 34-50, jan.-jul., 2010

é criado especificamente para o controle desse tipo de periódico. Do decreto-Lei nº 1077, mais conhecido como decreto Leila Diniz<sup>37</sup>, de 26 de janeiro de 1970, declarava:

CONSIDERANDO que essa norma visa a proteger a instituição família, preservar-lhe os valores éticos e assegurar a **formação sadia** e digna da mocidade; [...] CONSIDERANDO que **o emprego desses meios de comunicação obedecem a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional**;  
DECRETA:  
Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.[...]<sup>38</sup>

Nesse sentido, a revista **Realidade**, em seu número 10, tivera apreendida toda sua edição a partir do decreto lei 1077/69 e da Portaria 11-B<sup>39</sup> e a Instrução em relação a essa portaria em seu artigo 1º:

CONSIDERANDO que convém por cobro a essas incompreensões, interpretando e ressaltando o verdadeiro âmbito da Portaria 11-B, resolve expedir a seguinte instrução;  
Art. 1º - Para fins da Portaria 11-B, de 6 de fevereiro de 1970, estão isentas de verificação prévia as publicações e exteriorizações de caráter estritamente filosófico,

---

<sup>37</sup> Conhecido como decreto Leila Diniz devido a uma entrevista à Millor Fernandes ao Pasquim(1969), escandalizando a sociedade e o governo militar por seus inúmeros palavrões e suas posições avançadas sobre sexo e comportamento. Em 1971, grávida, mostra a barriga na praia, mudando a moda e os modos. No teatro rebolado, vestia-se de vedete, maiô cheio de plumas. Cf. GOLDENBERG, Mirian. **Toda Mulher é Meio Leila Diniz**. BestBolso, 2008.

<sup>38</sup> BRASIL. Decreto-Lei nº 1077 de 26 de janeiro de 1970

<sup>39</sup> Art. 1º - A divulgação de livros ou periódicos, no território nacional, fica subordinada à verificação prévia da existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes. Art. 2º - Compete aos delegados regionais do Departamento da Polícia Federal proceder o exame dos livros e periódicos, para o fim do artigo anterior. Art. 3º - O autor, editor, distribuidor ou responsável não divulgará a publicação enquanto a autoridade competente não a houver liberado.[...] BRASIL. **Portaria 11-B**. 6/2/1970

científico, técnico e didático, bem como **as que não versarem temas referentes a sexo, moralidade pública e bons costumes.**[...]<sup>40</sup>

Como se pode observar, essa preocupação fica expressa no teor da Instrução, e as confusões causadas prejudicaram diversas empresas do ramo. Durante todo o ano de 1970, essas portarias e instruções se fizeram necessárias para gerir a moralidade brasileira. Com a chegada e importação de livros e revistas com alto teor sexual, foi necessário que o governo se adaptasse, ora a relaxar prisões, ora a reinterpretar a lei.

Tudo isso está evidente já na Portaria 209 de 16 de março do mesmo ano:

[...] CONSIDERANDO os reclamos dos editores e importadores, que alegam elevados prejuízos e a imanência de perderem seus créditos, principalmente, do exterior, pela demora da liberação das publicações; CONSIDERANDO a necessidade urgente de se estabelecer a uniformização dos critérios liberatórios das revistas que circulam o País, cuja matéria exterioriza manifestações de temas eróticos, de crimes de violência e de terror, através de textos e ilustrações; CONSIDERANDO que essas publicações, inclusive as que se dedicam ao gênero de estórias de aventuras, despertam a imaginação dos jovens e adolescentes, podendo leva-los a reações puramente emocionais, denominadas pela “realidade” das cenas e pelo comportamento das personagens; CONSIDERANDO ser dever do Estado, como mandatário da sociedade, disciplinar a distribuição e a difusão dessa publicações, de maneira a impedir que menores de idade tenham acesso às mesmas; [...]

**Art. 1º - As publicações periódicas, ilustradas ou não, que contenham matéria que exteriorize manifestação de temas eróticos, de crimes, de violência, aventura amorosa, horror ou humorismo picante, destinadas a se comunicar com um público adulto, só poderão ser distribuídas aos postos de venda, ou encaminhadas**

---

<sup>40</sup> Instrução nº 1/1970

**aos seus assinantes, embaladas em material opaco, resistente e hermeticamente fechado.**

[...]

**Parágrafo segundo – Não serão toleradas quaisquer publicações que contenham matéria pornográfica, libidinosa, obscena ou sadomasoquista. [...]**<sup>41</sup>

Apesar de todas as instruções, editores e distribuidores acabaram por burlar a legislação. Para tanto, utilizam diversos recursos, como o de enviar o boneco de um jeito e publicar outro, ou então usar a capa de um e publicar outra revista. Para conter esses problemas, fora baixada, ainda, uma segunda **Instrução**, no dia 11 de dezembro de 1970:

[...] CONSIDERANDO a necessidade de evitar burla à verificação prévia que trata o Decreto-Lei nº 1077; CONSIDERANDO ainda que o artigo 4º da Portaria 11-B, de 6 de fevereiro de 1970, deve ser interpretado em consonância com os objetivos do Decreto-Lei nº 1077; CONSIDERANDO que alguns periódicos não têm cumprido as normas da Portaria nº 11-B, de 6 de fevereiro de 1970, resolve:

Art. 1º A verificação prévia de periódicos, prevista pelo Decreto-Lei nº 1077, far-se-á em exemplar já impresso com todas as características da publicação a ser exposta à venda pública.<sup>42</sup>

Conforme o exposto até aqui, a legislação, aos poucos, tenta se condicionar a toda gama de novos produtos culturais, pois estes vêm do exterior e são, também, produzidos no Brasil. Os quadrinhos passaram pelo mesmo problema, seja em relação à pornografia ou aos quadrinhos de terror, como o **Código dos Quadrinhos** de 1971, da Associação de revistas em quadrinhos da América, **Código de regras editoriais**, ou mesmo a **Portaria 219** de 16 de abril de 1973, **Sobre publicações Nacionais ou Estrangeiras** até o **Projeto de lei de nacionalização dos quadrinhos** em 1979.

---

<sup>41</sup> BRASIL. **Portaria 209**, de 16 de março de 1970, grifo nosso.

<sup>42</sup> BRASIL. **Instrução nº 2** do dia 11 de dezembro de 1970

Essa dificuldade em relação à legislação vigente fez com que a conhecida revista **Playboy** americana não tivesse uma versão tupiniquim. Durante as várias tentativas de implementação, apenas em 1975, a editora Abril conseguiu publicar uma versão brasileira da revista. Dessa forma, a revista teria o título de “Revista do Homem” até que viesse a ser possível, em 1978, utilizar o nome **Playboy**.

### **Considerações Finais**

Contudo, não como única preocupação da ditadura, a pornografia era apenas uma parte vigiada. A questão da normalidade é uma recorrência nos diversos discursos possíveis, desde obras públicas, a situação econômica. A relação entre normalidade e anormalidade é retomada em diversos textos, políticos, médicos, sociológicos e psicanalíticos.

Representada talvez pela crescente onda de publicações de conteúdos obscenos, o terceiro e último momento repressivo culminaria em um plano da “moral e dos bons costumes”, que representaria a última fase. No entanto, ao invés de controle, acontece à proliferação de novas revistas, novos discursos, novas possibilidades:

O terceiro momento repressivo, de 1979 a 1985, teve como objetivo central controlar o processo de desagregação da ordem política e moral vigentes, estabelecendo limites de conteúdo e linguagem. A ênfase do controle censório recaiu “na moral e nos bons costumes”. Estava prevista também a implementação do Conselho Superior de Censura, espécie de instância revisora da censura com representantes da sociedade civil, visando dar uma roupagem “legítima” e “intelectualizada” para uma atividade muito malvista pelas parcelas escolarizadas da sociedade. No entanto, em linha gerais, o controle policial sobre a oposição cultural ao regime arrefeceu.<sup>43</sup>

---

<sup>43</sup> NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2014 p.101

Entre a liberdade e a censura, entre a moralidade e a repressão, a nova imoralidade que chega ao Brasil, vinda de fora, irrompe essa possibilidade do controle da palavra, e por assim dizer, da pornografia. Assim, novos discursos sobre o homem e a mulher chegam para rearticular a identidade do brasileiro. Com isso, a pornografia finalmente conseguiu se consolidar no Brasil.